

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]

ANEXO X – GLOSSÁRIO

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [●]**

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

1. GLOSSÁRIO

1.1. Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDOR ao qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios.
AGÊNCIA REGULADORA	[●], que figura no CONTRATO na condição de interveniente-anuente.
AGÊNCIAS REGULADORAS	Conjuntamente, ARES-PCJ e ARSESP, que, nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, editam normas conjuntas para regulação dos SERVIÇOS nos BLOCOS.
AJUSTE COMPENSATÓRIO	Componente financeiro a ser aplicado no âmbito dos REAJUSTES ou REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, destinado exclusivamente a corrigir erros ou inexatidões detectadas nas fórmulas tarifárias, dados de entrada ou processo de cálculo utilizados no último REAJUSTE ou REVISÃO PERIÓDICA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, e em função dos valores efetivamente gastos para determinados componentes de despesas não gerenciáveis, conforme previsão do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, não se destinando a tratar desequilíbrios econômico-financeiros, objeto de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
ANEXOS	Conjunto de documentos integrantes do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
APÊNDICE(S)	Documentos integrantes do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
ÁREA DA CONCESSÃO	Área delimitada pelo BLOCO [●], correspondente ao conjunto de MUNICÍPIOS integrantes da SUB-

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	URAE [●], conforme delimitado no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO, considerando os recortes em áreas urbanas, rurais e núcleos urbanos, informais consolidados e informais passíveis de serem objeto de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, salvo os que forem considerados como não elegíveis, nos termos do ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO, e o respectivo crescimento vegetativo, que serão atendidos pela CONCESSIONÁRIA, conforme o CONTRATO.
ATIVIDADES ADICIONAIS	Atividades e/ou projetos não essenciais para a prestação dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS, mas que podem ser relacionados, ainda que indiretamente, à exploração dos SERVIÇOS.
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Atividades auxiliares, complementares e correlatas aos SERVIÇOS, contratadas facultativamente pelos USUÁRIOS e remuneradas a título de OUTROS PREÇOS, cujo rol inicialmente estabelecido consta do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
ATUALIZAÇÃO DA BAR	Cálculo do valor atualizado da BAR, que ocorrerá periodicamente nos prazos previstos no CONTRATO e seus ANEXOS, a partir do reconhecimento, pela AGÊNCIA REGULADORA, dos INVESTIMENTOS em BENS VINCULADOS e REVERSÍVEIS realizados pela CONCESSIONÁRIA com base no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS e que irão refletir no cálculo das TARIFAS, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada nos dias [●], em atendimento ao artigo 21 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como ao artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998, para apresentação do projeto à população e aos interessados, com acesso a todas as informações e esclarecimentos pertinentes, garantido o direito de manifestação, conforme o Regulamento das Audiências, devidamente divulgado pelo ESTADO.
AUXÍLIO	Transferência de capital recebida do ESTADO, voltada a reduzir os valores de depreciação e amortização que englobam a reintegração do

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	capital, de modo a compensar a diferença do faturamento no mercado efetivo pela TARIFA DO USUÁRIO e o que teria sido faturado considerando a TARIFA DE EQUILÍBRIO.
AUXÍLIO ADICIONAL	Transferência de capital recebida do ESTADO, voltada a reduzir os valores do AJUSTE COMPENSATÓRIO da TARIFA DO USUÁRIO.
AUXÍLIO UNITÁRIO	Refere-se à razão entre o AUXÍLIO e o VOLUME FATURADO, considerando o mesmo período de apuração para ambos.
AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL	AUXÍLIO UNITÁRIO calculado PERÍODO DE REFERÊNCIA INICIAL.
AVALIAÇÃO DE IMPACTO REGULATÓRIO	Ferramenta regulatória que examina e avalia os prováveis benefícios, custos e efeitos das regulações novas ou alteradas, oferecendo aos tomadores de decisão dados importantes para avaliação das opções disponíveis e das consequências de suas decisões.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA nacional responsável pela prestação dos serviços de custódia e movimentação dos recursos financeiros depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO, CONTA GARANTIA e CONTA DRENAGEM, em conformidade com as disposições do EDITAL e CONTRATO.
BAR BLINDADA	Composta pelos ativos constantes no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS validados pela AGÊNCIA REGULADORA no último evento tarifário, seja em sede de REAJUSTE anual ou de REVISÃO TARIFÁRIA PERÍODICA. Esses ativos deverão ser atualizados monetariamente e ajustados considerando as baixas, a depreciação, a alteração do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO e as reclassificações de elegibilidade.
BAR FINAL	Base referente a dezembro do ano do PERÍODO DE REFERÊNCIA. Corresponde à BAR INICIAL após movimentações do PERÍODO DE REFERÊNCIA, considerando a dedução da depreciação acumulada, das baixas, o ajuste do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO, as reclassificações de elegibilidade e a incorporação dos INVESTIMENTOS imobilizados.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

BAR INCREMENTAL	Composta pelos ativos em operação construídos pela CONCESSIONÁRIA e adicionada à BAR BLINDADA, caso LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS apresentado pela CONCESSIONÁRIA seja aprovado pela AGÊNCIA REGULADORA, em ocasião de REAJUSTE anual nos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS ou em ocasião de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO.
BAR INICIAL	BAR do início do PERÍODO DE REFERÊNCIA, correspondente à BAR BLINDADA do ano anterior ao ano do PERÍODO DE REFERÊNCIA. No 1º ano do 1º CICLO TARIFÁRIO corresponde somente à OUTORGA MÍNIMA.
BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA (BAR)	Constituída por todos os INVESTIMENTOS (i) elegíveis – afetos a prestação do serviço; (ii) úteis – necessários a prestação do serviço; (iii) prudentes – executados com custos compatíveis com preços de mercado e (iv) em uso pelo prestador, realizados de forma onerosa por ele, os quais devem ser remunerados e depreciados/amortizados por meio das TARIFAS, nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA BRUTA (BARBruta)	BAR correspondente aos ativos não totalmente depreciados, sem a dedução da depreciação e do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO. É utilizada no cálculo da QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA (QRR).
BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA LÍQUIDA (BARLiq)	Refere-se à BARBruta deduzida da depreciação acumulada e da aplicação do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO.
BENS COMPARTILHADOS	BENS VINCULADOS cuja operação resulte na prestação dos SERVIÇOS a mais de um MUNICÍPIO atendido pela CONCESSIONÁRIA.
BENS NÃO REVERSÍVEIS	BENS VINCULADOS úteis à prestação dos SERVIÇOS, cuja característica funcional é de um bem comum, capaz de atender as demandas de outros serviços após o término do CONTRATO.
BENS NÃO VINCULADOS	Conjunto de bens exclusivamente privados da CONCESSIONÁRIA, por ela não utilizados para a prestação dos SERVIÇOS, e que não compõe a BAR.
BENS REVERSÍVEIS	BENS VINCULADOS à operação e imprescindíveis

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	para a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, inclusive os BENS COMPARTILHADOS, constituídos pelo conjunto de bens móveis e imóveis, que vierem a ser assumidos, adquiridos e/ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, e que reverterão aos titulares dos SERVIÇOS, quando da extinção do CONTRATO.
BENS VINCULADOS	Conjunto formado pela soma dos BENS REVERSÍVEIS e BENS NÃO REVERSÍVEIS que atendem ao objeto do CONTRATO, conforme reconhecido pela AGÊNCIA REGULADORA, e que compõem a BAR, incluindo aqueles relacionados às soluções individuais que forem implementadas pela CONCESSIONÁRIA em propriedade do USUÁRIO.
BLOCO [●]	Conjunto de MUNICÍPIOS integrantes da SUB-URAE [●], cujos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram licitados conjuntamente por meio da LICITAÇÃO.
BLOCOS	Em conjunto, os diferentes blocos do PROGRAMA UNIVERSALIZASP.
CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO)	Registro mantido pelo Governo Federal, que reúne as famílias de baixa renda no Brasil.
CATEGORIA DO USUÁRIO	Categorias e eventuais subcategorias nas quais os USUÁRIOS podem ser classificados conforme o uso do imóvel ou outros parâmetros, em concordância com a Norma de Referência ANA nº 1, de 14 de junho de 2021.
CERTIFICAÇÃO	Certificação anual de INVESTIMENTOS a ser realizada pela EMPRESA AVALIADORA, cuja atuação está regulamentada no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.
CICLO TARIFÁRIO	Período compreendido entre as REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS do CONTRATO, nas datas definidas no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão Especial designada nos termos do EDITAL para promover a LICITAÇÃO, incluindo a análise e o julgamento de todos os documentos da LICITAÇÃO.
COMITÊ DE TRANSIÇÃO	Órgão colegiado responsável por facilitar a interlocução e a interação entre as equipes da SUB-URAE, da AGÊNCIA REGULADORA e da

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	CONCESSIONÁRIA durante o período de OPERAÇÃO ASSISTIDA DO SISTEMA, possibilitando a troca de informações referentes aos aspectos essenciais para a transição dos SERVIÇOS.
CONCESSÃO	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO celebrado entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO constituída pela LICITANTE VENCEDORA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL ou CONCORRÊNCIA	É a modalidade prevista no artigo 28, II da Lei Federal nº 14.133/2021, adotada na LICITAÇÃO.
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	Eventos cuja implementação conjunta é necessária para que possa ser emitida a ORDEM DE INÍCIO, que dá início ao transcurso do PRAZO DA CONCESSÃO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº [●], relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL DE LICITAÇÃO.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, instituições financeiras, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO.
CONSULTA PÚBLICA	Etapas da fase preparatória da LICITAÇÃO, realizada durante os dias [●], para divulgação da minuta de EDITAL, da minuta do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA AUXÍLIO	Conta de titularidade do ESTADO, onde o ESTADO deverá transferir os recursos necessários para o AUXÍLIO, nos termos do APÊNDICE I ao ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO	Conta bancária de titularidade da CONCESSIONÁRIA e de livre movimentação, a qual poderá ser movimentada e onerada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO e

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	do APÊNDICE I ao ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
CONTA DRENAGEM	Conta corrente bancária de titularidade do ESTADO, de movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, destinada ao depósito dos RECURSOS DE DRENAGEM devidos pela CONCESSIONÁRIA, os quais deverão remunerar as OBRAS DE DRENAGEM, nos termos da Cláusula 20 do CONTRATO e do ANEXO IX – OBRAS E SERVIÇOS DE DRENAGEM.
CONTA GARANTIA	Conta corrente bancária de titularidade do ESTADO, por intermédio da qual recursos de titularidade estadual serão cedidos à CONCESSIONÁRIA e utilizados como GARANTIA PÚBLICA para o pagamento do AUXÍLIO, nos termos da Cláusula 15 do CONTRATO.
CONTA SALDO	Conta de titularidade da CONCESSIONÁRIA, onde a CONCESSIONÁRIA deverá transferir os recursos recebidos a título de RECEITA DO USUÁRIO que superem a RECEITA DE EQUILÍBRIO do período, nos termos do APÊNDICE I ao ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
CONTAS DA CONCESSÃO	CONTA AUXÍLIO e CONTA SALDO, conjuntamente contas vinculadas à execução do objeto do CONTRATO.
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	Contrato a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA, o ESTADO e o BANCO DEPOSITÁRIO, tendo por objetivo o regimento e a movimentação da CONTA [●], nos termos do APÊNDICE I DO ANEXO V.
CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO	Os instrumentos contratuais, que têm, por objeto, a CONCESSÃO da prestação regionalizada dos SERVIÇOS de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos MUNICÍPIOS integrantes do PROGRAMA UNIVERSALIZASP.
CONTRATO DE INTERDEPENDÊNCIA	Contrato a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e os prestadores dos contratos de prestação de serviços existentes, indicados no APÊNDICE II do ANEXO II, com a interveniência-anuência do PODER CONCEDENTE e da AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.445/2007, destinado a disciplinar o recebimento, pela

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	CONCESSIONÁRIA, das receitas decorrentes dos serviços por ela prestados,
CONTROLADOR	Qualquer pessoa ou fundo de investimento que exerça CONTROLE sobre outra pessoa ou fundo de investimento.
CONTROLE	O poder, detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que, isolada ou conjuntamente, e observados os termos do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/1976: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO	Convênio de Cooperação nº [●] celebrado entre as AGÊNCIAS REGULADORAS para edição conjunta de normas no âmbito do PROGRAMA UNIVERSALIZA SP.
CREDENCIAMENTO	Procedimento para cadastro dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS das LICITANTES durante o transcurso da LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL e do ANEXO 2 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
CRÉDITO COMPENSATÓRIO	Parcela de ajuste, limitada a 1% (um por cento), gerada pela antecipação da apuração dos INDICADORES DE QUALIDADE do serviço e comercial, destinada exclusivamente à compensação de penalidades associadas ao FATOR Q, sem possibilidade de geração de bonificação ou efeitos positivos no seu resultado, nos termos do ANEXO VII - FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.
CRÉDITOS FISCAIS	Ressarcimento de impostos relacionados ao AUXÍLIO, destinado à modicidade tarifária.
CUSTO DE DISPONIBILIDADE	Valor devido pelo USUÁRIO de edificações não interligadas ao sistema público e com

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	disponibilidade de rede, visando ao custeio da infraestrutura disponível e ao incentivo à conexão, podendo ser cobrado por meio de taxas, tarifas e outros preços públicos.
CUSTO DE REPOSIÇÃO DEPRECIADO (DRC)	Metodologia de valoração da BAR que consiste no custo de substituir cada ativo por outro que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, repondo-o em condições técnicas idênticas, considerando valores de aquisição compatíveis com os preços de mercado e a depreciação acumulada desde a data de entrada em operação ou imobilização do ativo. Isto é, a metodologia considera o custo de se construir o ativo em condições idênticas, com a mesma tecnologia e solução de engenharia, e deve deduzir a depreciação física ocorrida entre o momento da aquisição do ativo e o momento de sua valoração pelo método.
DATA-BASE	[●]
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data de assinatura do CONTRATO, a partir de quando se inicia o período de 45 (quarenta e cinco) dias para implementação das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA.
DATA DE EFICÁCIA	Data de emissão da ORDEM DE INÍCIO, observadas as condições previstas no CONTRATO.
DATA ROOM	Local, no sítio eletrônico ([●]), onde os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS e outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS COMERCIAIS, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO	Documentos que comprovam os poderes dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS, indicados no EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DOMICÍLIO(S)	Locais construídos ou adaptados para fins de residência, destinados à moradia de uma ou mais pessoas (domicílios residenciais) e/ou de estabelecimentos, destinados ao exercício de atividades econômicas ou institucionais (domicílios não residenciais).
DOMICÍLIO(S) ATENDÍVEL(IS)	Todos os DOMICÍLIOS presentes em cada um dos recortes territoriais da ÁREA DA CONCESSÃO, exceto aqueles localizados em áreas com impedimento legal ou limitações técnicas relevantes para prestação dos SERVIÇOS, como residências localizadas em áreas protegidas pela legislação ambiental (incluindo unidades de conservação e áreas de preservação permanente), áreas de risco de deslizamento indicadas pela Defesa Civil e/ou áreas restritas por leis e normas locais.
ECONOMIA(S)	DOMICÍLIOS cobertos pelos SERVIÇOS, ainda que por meio de LIGAÇÃO única.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●] e todos os seus ANEXOS.
EFICIÊNCIA TÉCNICA	Consiste na otimização de processos internos da empresa para redução de custos e na melhoria das práticas de organização, de operação e manutenção, e da aquisição de INSUMOS, entre outras.
EMPRESA AVALIADORA	Pessoa jurídica que atuará na certificação de INVESTIMENTOS, nos termos definidos no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO e no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.
ENVELOPES	Envelopes contendo a documentação necessária à participação na LICITAÇÃO, que deverão ser entregues pelos interessados de acordo com as regras do EDITAL. No caso de entrega pela PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3, deve ser interpretado como o conjunto de arquivos eletrônicos submetidos na plataforma, de acordo com o ANEXO 2 do EDITAL - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
ESTADO	Estado de São Paulo.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

ESTRUTURA TARIFÁRIA	Forma de cobrança do USUÁRIO, que pode envolver parcela fixa e/ou variável, <i>drivers</i> de consumo, faixas de consumo, CATEGORIAS DO USUÁRIO, descontos tarifários.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato que impacte a equação econômico-financeira definida na última REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA e cujo tratamento já não esteja previsto no modelo regulatório, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO ou não cujo risco não esteja alocado à CONCESSIONÁRIA na matriz de risco definida no Capítulo 27 do CONTRATO.
EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO	Evento decorrente de fenômeno climático extremo que afeta a disponibilidade de água ou as infraestruturas do SISTEMA, que atenda a pelo menos um dos seguintes critérios: (a) inundações, quando o nível da água nos reservatórios ou cursos d'água usados para a captação de água bruta ultrapassa níveis críticos; (b) tempestades, quando os ventos atingem mais de 100 km/h ou quando ocorrem quedas de granizo de grande intensidade, com danos diretos a estruturas dos SISTEMAS; ou (c) secas prolongadas, quando a falta de chuvas se estende por um período superior a 5 (cinco) meses consecutivos, reduzindo significativamente a vazão dos rios que alimentam o sistema de abastecimento de água, comprometendo a captação de água bruta, impactando a operação e exigindo medidas de contingência.
FATOR DE CARGA POLUIDORA (FATOR K)	Coeficiente técnico atribuído à carga poluidora proveniente do lançamento de esgotos não domésticos na rede da CONCESIONÁRIA, que, em geral, aumenta a fatura mensal cobrada de grande USUÁRIO, como indústria e comércio, cujos efluentes são lançados na rede pública.
FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE)	Fator pré-determinado aplicado anualmente nos processos de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA para repassar aos USUÁRIOS os ganhos estimados de EFICIÊNCIA TÉCNICA, nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q)	Índice aplicado anualmente nos processos de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA com o potencial

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	de reduzir ou incrementar o IRT, nos termos estabelecidos no ANEXO V - MODELO REGULATÓRIO, com o objetivo de incentivar melhorias na prestação dos SERVIÇOS por meio da concessão de aumentos tarifários quando o desempenho for superior ao estipulado no CONTRATO ou reduções tarifárias à CONCESSIONÁRIA quando o desempenho geral ficar aquém do estipulado.
FATOR DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS (FATOR P)	Índice aplicado anualmente nos processos de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA com o potencial de reduzir ou incrementar o IRT, nos termos estabelecidos no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, com objetivo de incentivar reduções nas perdas de água por meio da concessão de aumentos tarifários quando o desempenho for superior à meta estipulada pela AGÊNCIA REGULADORA, ou reduções tarifárias à CONCESSIONÁRIA quando o desempenho ficar aquém do estipulado
FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U)	Índice aplicado anualmente nos processos de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA que pode reduzir o IRT previsto no ANEXO V - MODELO REGULATÓRIO em caso de descumprimento das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO.
FATOR X	Fator aplicado anualmente nos processos de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA para repassar aos USUÁRIOS os ganhos de eficiência tecnológica decorrentes da incorporação de tecnologias estimados nos termos da metodologia do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
FUNDOS MUNICIPAIS (FMSB ou FMSAI)	Fundos instituídos por parte dos MUNICÍPIOS relacionados no ANEXO I – MUNICÍPIOS ATENDIDOS, com fundamento no art. 13 da Lei Federal n.º 11.445/2007, para os quais deverá ser repassado percentual aplicado sobre a RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS nos respectivos MUNICÍPIOS, nos termos da REGULAÇÃO e do ato que disciplina a base de cálculo do repasse.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia do fiel cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	EDITAL.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida em vigor pela CONCESSIONÁRIA, em favor da AGÊNCIA REGULADORA, nos montantes e nos termos definidos no CONTRATO.
GARANTIA PÚBLICA	Garantia prestada pelo ESTADO.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes do Código Civil, bem como aquelas que dependam, econômica ou financeiramente, de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
HISTOGRAMA DE FATURAMENTO	Diferenças ocorridas durante a execução contratual entre o faturamento no mercado efetivo pela TARIFA DO USUÁRIO e o que teria sido faturado considerando a TARIFA DE EQUILÍBRIO.
HORÁRIO MÁXIMO	Horário fixado como limite para a entrega dos ENVELOPES, previsto no item H – CRONOGRAMA do EDITAL juntamente com a data de entrega dos ENVELOPES. Após o HORÁRIO MÁXIMO, não serão recebidos nenhum ENVELOPE.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INDICADOR DE COBERTURA DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (ICA)	Percentual das economias localizadas no MUNICÍPIO cobertas pelo serviço de abastecimento de água em relação ao total de domicílios.
INDICADOR DE COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA OU AFASTAMENTO DE ESGOTO NO MUNICÍPIO (ICE)	Percentual das economias cobertas por rede coletora ou fossa séptica para a coleta das excretas ou esgotos sanitários em relação ao total de domicílios.
INDICADOR DE COBERTURA DO SERVIÇO DE TRATAMENTO DO ESGOTO (IEC)	Percentual das economias cobertas por rede coletora e tratamento de esgotos ou por fossa séptica para coleta e destinação das excretas ou esgotos sanitários no local, em relação ao total de

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	domicílios.
INDICADORES DE ATENDIMENTO	Indicadores relativos ao atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, definidos na Norma de Referência da ANA nº 08/2025.
INDICADORES DE COBERTURA	Conjuntamente, ICA, ICE e IEC nos termos definidos neste ANEXO.
INDICADORES DE PERDA	Indicadores relativos às perdas de água, definidos na Norma de Referência da ANA nº 09/2025.
INDICADORES DE QUALIDADE	São os indicadores de qualidade do produto, qualidade do serviço e comercial e qualidade de reposição de pavimentos previstos no ANEXO VII - FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.
INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS	Conjunto de parâmetros, medidores do cumprimento das metas de universalização e de perdas de água, previstos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE, cujos resultados poderão impactar o valor das TARIFAS e contribuirão para a definição do FATOR U.
INDICADORES E METAS DE QUALIDADE	Conjunto de parâmetros, medidores do cumprimento das metas de qualidade, previstos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE, cujos resultados poderão impactar o valor das TARIFAS e contribuirão para a definição do FATOR Q.
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	Percentual de aproveitamento efetivo do ativo nos SERVIÇOS, definido pela Agência Reguladora, com base em mensuração prévia da EMPRESA AVALIADORA, a partir de verificação e análise qualificada. O ÍNDICE DE APROVEITAMENTO é aplicável a terrenos, edificações, estações de tratamento de água e de esgoto e outros bens patrimoniais indicados na REGULAÇÃO. As regras de cálculo desse índice constam na Deliberação nº 1.488, de 12 de janeiro de 2024 da ARSESP e alterações subsequentes ou outra que venha a lhe substituir, sempre assegurada a não retroatividade dos efeitos e respeitado o equilíbrio econômico-

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	financeiro do CONTRATO.
ÍNDICE DE MALMQUIST	Metodologia que estima a mudança na produtividade de um setor entre dois CICLOS TARIFÁRIOS distintos. Para fins da mensuração do FATOR X, será adotada unicamente a parcela do ÍNDICE DE MALMQUIST, ou outra que vier a substituí-la, que mensura os ganhos de produtividade associados à mudança tecnológica média do setor de saneamento básico.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INSTRUMENTO DE DELEGAÇÃO	Instrumento celebrado entre a SUB-URAE e a AGÊNCIA REGULADORA, com fundamento no art. 23, §1º, da Lei Federal nº 11.445/2007, para atribuir à AGÊNCIA REGULADORA as atividades de regulação e fiscalização da prestação dos SERVIÇOS.
INSUMOS	Variáveis a serem explicadas em um modelo de análise de eficiência, a exemplo do ÍNDICE DE MALMQUIST. Correspondem aos recursos utilizados pelas empresas de um setor a fim de gerar determinado nível de produto.
INVESTIMENTOS	Conjunto de investimentos que contempla os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e aqueles implementados pela CONCESSIONÁRIA para o atendimento dos INDICADORES E DAS METAS DE COBERTURA E PERDAS.
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	Investimentos estabelecidos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO cuja obrigação de implantação pela CONCESSIONÁRIA se vincula ao cumprimento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, podendo ser alterados por meio de revisão do CONTRATO.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS	Levantamento e descrição dos ativos em uso e imobilizados no PERÍODO DE REFERÊNCIA por meio de tratamentos específicos para cada grupo de ativos, a depender de sua relevância, em termos de valor e da viabilidade da verificação física em campo. O detalhamento da composição de custos dos ativos e a valoração pelo método DRC a serem utilizados no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS serão definidos pela AGÊNCIA REGULADORA em deliberação específica, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Constituição Federal; a Constituição Estadual; o Decreto-Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro); a Lei Federal nº 13.709/2018; a Lei Federal nº 13.460/2017; a Lei Federal nº 14.133/2021; a Lei Federal nº 8.987/1995; a Lei Federal nº 9.074/1995; a Lei Federal nº 11.445/2007; a Lei Federal nº 14.026/2020; a Lei Federal nº 13.089/2015; a Lei Federal nº 6.404/1976; a Lei estadual nº 6.544/1989, a Lei Estadual nº 7.835/1992; a Lei Estadual nº 10.177/1998; a Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024; a Lei Estadual nº 17.383/2021 e suas alterações; o Decreto Estadual nº 52.455/2007; o Decreto Estadual nº 66.289/2021; o Decreto Estadual nº 67.880/2023; e o Decreto Estadual nº [●].
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS ou LGPD	Lei Federal nº 13.709/2018 e suas alterações.
LICITAÇÃO	Concorrência Internacional nº [●], promovida pelo ESTADO para a seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em CONSÓRCIO, participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

LIGAÇÃO	Conexão estabelecida entre a instalação predial da unidade usuária e a rede pública, incluindo o ramal predial, realizada pela CONCESSIONÁRIA.
LIGAÇÃO ATIVA	LIGAÇÃO de água ou de esgoto em pleno funcionamento e com acesso ao serviço pelo usuário, por meio de solução coletiva ou individual, desde que admitida nos termos das normas técnicas e regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas editadas pela ANA e pela AGÊNCIA REGULADORA.
MERCADO DE REFERÊNCIA	Mercado de distribuição de água e esgotamento sanitário observado durante o PERÍODO DE REFERÊNCIA, cujas informações abrangem dados de volumes, número de economias e de ligações.
METAS DE COBERTURA	Conjunto de METAS DE COBERTURA de água e esgoto, previstas no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO.
METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS	Conjunto de metas relacionadas ao incremento de NOVAS ECONOMIAS TOTAIS, previstas no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO.
METAS DE QUALIDADE	Conjunto de METAS DE QUALIDADE dos SERVIÇOS, previstas no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO.
METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO	Conjuntamente, as METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS e as METAS DE COBERTURA.
METODOLOGIA DE AGING	Consiste na observação do comportamento do fluxo de pagamentos das contas faturadas, em determinado mês, verificando o percentual de não recebimento mensal, ou seja, do faturamento de cada um dos meses anteriores que permanece em aberto em relação ao faturamento total. O alvo regulatório corresponde ao ponto de estabilização da curva que mostra os percentuais de não recebimento mensal.
MUNICÍPIO(S)	Entes municipais que integram a URAE-2 e a respectiva SUB-URAE, atendidos pela CONCESSIONÁRIA e que constam do ANEXO I – LISTA DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PROGRAMA.
NÍVEL ECÔNOMICO DE PERDAS (NEP)	Método de cálculo do nível de PERDAS DE ÁGUA que iguala o benefício de evitar as perdas e os

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	custos de combatê-las, cuja metodologia de cálculo será definida em deliberação conjunta e de aplicação única pelas AGÊNCIAS REGULADORAS.
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	Notificação enviada pela AGÊNCIA REGULADORA ao BANCO DEPOSITÁRIO para transferência de recursos das CONTAS DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE I ao ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
NOVAS ECONOMIAS TOTAIS	Conjunto de ECONOMIAS que, nos termos da Norma de Referência nº 08/2024 da ANA ou de norma que venha a substituí-la, se enquadrem em uma das seguintes hipóteses: (i) sejam incorporadas, fisicamente, após 31 de dezembro de 2025, à cobertura dos sistemas de abastecimento de água e/ou de coleta e tratamento de esgoto, excluídas as economias preexistentes que tenham sido suprimidas e posteriormente reconectadas; ou (ii) embora já atendidas pelo serviço de coleta de esgoto até 31 de dezembro de 2025, passem a ter seus esgotos encaminhados ao sistema de tratamento após essa data, sendo, neste caso, computadas como novas economias exclusivamente para fins de apuração do serviço e tratamento de esgoto.
OBRAS DE DRENAGEM	Obras descritas no ANEXO IX – OBRAS E SERVIÇOS DE DRENAGEM, a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA em contrapartida ao recebimento dos RECURSOS DE DRENAGEM.
OPERAÇÃO ASSISTIDA DO SISTEMA	Período de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da DATA DE EFICÁCIA, podendo ser prorrogado por mais 90 (noventa) dias, durante o qual a CONCESSIONÁRIA fará o acompanhamento intensivo das atividades relacionadas à OPERAÇÃO DO SISTEMA, figurando os MUNICÍPIOS, para todos os efeitos, como responsáveis diretos pela OPERAÇÃO DO SISTEMA e titular das receitas de prestação dos SERVIÇOS durante este período.
OPERAÇÃO DO SISTEMA	Compreende o conjunto de ações operacionais a ser desenvolvido e executado pela CONCESSIONÁRIA, após a emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA, para a prestação dos SERVIÇOS aos USUÁRIOS do SISTEMA,

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	observados os parâmetros e condições previstos no CONTRATO e em seus respectivos ANEXOS.
OPEX	Conjunto dos custos operacionais, ou seja, despesas com pessoal, serviços de terceiros, materiais de tratamento, energia elétrica, bem como outras despesas gerais vinculadas à atividade fim da CONCESSIONÁRIA.
ORDEM DE INÍCIO	Ato expedido pela AGÊNCIA REGULADORA, após a satisfação das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, que dá início a vigência do PRAZO DA CONCESSÃO.
OUTORGA	Pagamento devido pela CONCESSIONÁRIA como condição precedente à assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, correspondente à soma da OUTORGA DOS MUNICÍPIOS, dos RECURSOS DE DRENAGEM e da OUTORGA ADICIONAL conforme sua PROPOSTA COMERCIAL, nos termos do EDITAL.
OUTORGA ADICIONAL	Parcela da OUTORGA ofertada pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL, que exceda o valor da OUTORGA MÍNIMA, a qual será destinada à sub-conta do PROGRAMA UNIVERSALIZASP no FAUSP para fins de modicidade tarifária.
OUTORGA DOS MUNICÍPIOS	Parcela da OUTORGA devida pela CONCESSIONÁRIA aos MUNICÍPIOS pelo direito de exploração dos SERVIÇOS na ÁREA DE CONCESSÃO.
OUTORGA MÍNIMA	Parcela da OUTORGA correspondente ao valor mínimo indicado no EDITAL, correspondente à soma da OUTORGA DOS MUNICÍPIOS e dos RECURSOS DE DRENAGEM.
OUTROS PREÇOS	Preços das ATIVIDADES COMPLEMENTARES.
PADRÕES DE DESEMPENHO DO IFC	Padrões de Desempenho da <i>International Finance Corporation</i> – IFC de 01 de janeiro de 2012.
PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANEJAMENTO DE OBRAS E INVESTIMENTOS	Ferramenta no SISTEMA INFORMATIZADO, desenvolvida e mantida pela CONCESSIONÁRIA, destinada à consolidação, organização e divulgação, de forma transparente e atualizada, das informações relativas ao desempenho da prestação dos SERVIÇOS, ao planejamento e à execução de obras e investimentos. O PAINEL deve apresentar os INDICADORES DE ATENDIMENTO, INDICADORES

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	DE COBERTURA, INDICADORES DE QUALIDADE e INDICADORES DE PERDAS, incluindo aqueles definidos nas Normas de Referência da ANA nº 08/2025 e nº 09/2025, assegurando acesso eletrônico à AGÊNCIA REGULADORA, em tempo real ou na periodicidade por ela definida.
PARTE RELACIONADA	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer CONTROLADOR, coligada ou controlada, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTES	Em conjunto, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora/distribuidora devidamente autorizada a operar na B3, que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme previsto no EDITAL e ANEXO 2 – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PERDAS DE ÁGUAS	Corresponde às perdas reais (físicas), referentes ao volume de água que entrou no sistema de abastecimento, mas não chegou ao usuário devido à ocorrência de vazamentos e extravasamentos na infraestrutura, e perdas aparentes (comerciais), referentes ao volume de água consumido pelos USUÁRIOS, mas que não foi medido, devido a erros de medição, falhas cadastrais, fraudes e ligações clandestinas.
PERDAS REGULATÓRIAS	Nível de perdas de água considerado eficiente e reconhecido para fins tarifários, definido pela AGÊNCIA REGULADORA no âmbito da prestação regional. Esse patamar estabelece o limite de perdas cujos custos podem ser incorporados às tarifas da CONCESSIONÁRIA, bem como os mecanismos de monitoramento e cumprimento de metas, conforme estabelecido no Novo Marco legal, por meio da Lei Federal nº 11.445/2007 e as disposições contratuais aplicáveis.
PERÍODO DE APLICAÇÃO	Corresponde ao ano em que o resultado do processo de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA é aplicado, imediatamente posterior ao PERÍODO DE APURAÇÃO do REAJUSTE ou REVISÃO

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	TARIFARIA PERIÓDICA, com início em 1º de janeiro e finalização em 31 de dezembro.
PERÍODO DE APURAÇÃO	Corresponde ao conjunto de meses, entre 1º junho e 31 de dezembro, em que a AGÊNCIA REGULADORA conduz o processo de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
PERÍODO DE REFERÊNCIA (PR)	Período referencial de 12 (doze) meses, considerando o ano civil, com início em 1º de janeiro e finalização em 31 de dezembro, anterior ao PERÍODO DE APURAÇÃO do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
PERÍODO DE REFERÊNCIA INICIAL (PR0)	Período referencial em base anual, até a DATA DE EFICÁCIA, não restrito ao período imediatamente precedente.
PLANO DE ADEQUAÇÃO	Plano a ser elaborado e implementado pela CONCESSIONÁRIA após a constatação do descumprimento de alguma das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO, informando como a CONCESSIONÁRIA atenderá a(s) meta(s) não atendida(s).
PLANO DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, prevendo os mecanismos de integridade que serão adotados para a execução dos SERVIÇOS.
PLANO DE LICENCIAMENTOS, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo a relação das licenças, autorizações e/permissoes necessárias à execução do objeto do CONTRATO.
PLANO DE PROTEÇÃO DE DADOS	Documento a ser produzido pela CONCESSIONÁRIA, na forma da Cláusula 7 do CONTRATO, prevendo as diretrizes que serão observadas para a guarda, gestão e tratamento de dados pessoais dos USUÁRIOS, em cumprimento à legislação vigente, à REGULAÇÃO e ao CONTRATO.
PLANO DE SEGUROS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO e ANEXOS, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

PLANO DE TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pela CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PLANO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Documento de planejamento e execução dos SERVIÇOS no âmbito da ÁREA DA CONCESSÃO, aprovado em [●], conforme o § 3º do art. 17 da Lei Federal nº 11.445/2007, observado o disposto no art. 19 da Lei Federal nº 14.026/2020.
PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3	Plataforma de leilões administrada pela B3 que poderá receber e custodiar os documentos da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, de acordo com as orientações contidas no ANEXO 2 – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PODER CONCEDENTE	ESTADO e MUNICÍPIOS, representados pela SUB-URAE [●], no exercício conjunto da titularidade dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, conforme dispõe o art. 8º da Lei Federal n.º 11.445/2007.
PRAZO DA CONCESSÃO	Prazo contado a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO até [●] de [●] de 2060.
PRODUTOS	Variáveis que explicam o nível de INSUMOS em um modelo de análise de eficiência. No caso do modelo do ÍNDICE DE MALMQUIST, correspondem aos determinantes dos custos associados à operação dos SERVIÇOS.
PROGRAMA UNIVERSALIZASP	Programa instituído pelo ESTADO, sob a coordenação das Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e de Parcerias em Investimentos, por meio do Decreto nº 67.814/2023.
PROPOSTA COMERCIAL	Proposta financeira apresentada nos termos e condições do EDITAL e seus ANEXOS, que contém o valor da OUTORGA.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de qualificação econômico-financeira para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de qualificação técnica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
QUOTA DE REINTEGRAÇÃO	Valor anual que visa recompor o valor da OUTORGA

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

REGULATÓRIA DA OUTORGA (QRROUT)	MÍNIMA. Corresponde ao inverso do prazo remanescente do CONTRATO, quando aplicado sobre a OUTORGA MÍNIMA para cálculo da reintegração do capital associado.
QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA DOS INVESTIMENTOS (QRRINV)	Valor anual que visa recompor, ao longo de suas vidas úteis, os INVESTIMENTOS. Corresponde à taxa de depreciação cuja vida útil respeite os prazos por tipo de unidade patrimonial, sendo aplicada sobre a BARBruta para cálculo da reintegração do capital associado aos INVESTIMENTOS. A reintegração do capital somente ocorrerá sobre ativos ainda não totalmente depreciados.
REAJUSTE	Reajuste anual dos valores das TARIFAS nos termos do CONTRATO e do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, contemplando a variação inflacionária, além da incidência de fator de compartilhamento de eficiência e de eventuais deduções decorrentes do não cumprimento de metas e indicadores de qualidade, de perdas e de cobertura, bem como a atualização da RECEITA REQUERIDA nos dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS, conforme disciplinado no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
RECEITA IRRECUPERÁVEL (RI)	Parcela da receita faturada pela CONCESSIONÁRIA que, após aplicadas todas as ações de gestão comercial e judicial, não foi arrecadada, se tratando de inadimplência permanente.
RECEITA REQUERIDA (RR)	Receita necessária para cobrir os custos da CONCESSIONÁRIA definidos em termos regulatórios, considerando custos eficientes e um retorno adequado para o capital investido de modo prudente, definida no processo de REAJUSTE anual tarifário nos dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS ou no processo de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA na forma do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO (RE)	Receita operacional auferida pela CONCESSIONÁRIA em contrapartida à prestação dos SERVIÇOS. É igual à RECEITA REQUERIDA deduzidas as RECEITAS ADICIONAIS e as RECEITAS COMPLEMENTARES, adicionada dos AJUSTES COMPENSATÓRIOS.
RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO	RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO auferida no

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

INICIAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA INICIAL.
RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA	Receita mínima necessária para cobrir os custos da CONCESSIONÁRIA definidos em termos regulatórios, considerando custos eficientes e WACC, definida para o 1º ano e o 2º ano da CONCESSÃO no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL.
RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO VERIFICADA	Receita operacional efetivamente recebida pela CONCESSIONÁRIA em contrapartida à prestação dos SERVIÇOS no PERÍODO DE REFERÊNCIA, obtida pelos registros contábeis.
RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO (RU)	Receita operacional requerida pela CONCESSIONÁRIA em contrapartida à prestação dos SERVIÇOS. É igual à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO deduzido o valor do AUXÍLIO e adicionada dos CRÉDITOS FISCAIS.
RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO FATURADA	Receita operacional faturada pela CONCESSIONÁRIA em contrapartida à prestação dos SERVIÇOS, decorrente da aplicação das tabelas tarifárias aos histogramas.
RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO INICIAL	Receita média dos MUNICÍPIOS da CONCESSÃO, auferida mediante dados disponíveis.
RECEITA VIGENTE	Receita operacional do município verificada no período referencial de 12 (doze) meses, considerando janeiro a dezembro do ano anterior à DATA DE EFICÁCIA.
RECEITAS ADICIONAIS	Receitas decorrentes de ATIVIDADES ADICIONAIS.
RECEITAS COMPLEMENTARES	Receitas resultantes da aplicação de OUTROS PREÇOS quando da execução das ATIVIDADES COMPLEMENTARES.
RECORTE TERRITORIAL	Refere-se à classificação do território segundo seu padrão de ocupação.
RECURSOS DE DRENAGEM	Parcela da OUTORGA a ser depositada pela CONCESSIONÁRIA na CONTA DRENAGEM, nos termos do item 17.5., "iii" do EDITAL, e que será liberada à CONCESSIONÁRIA, em parcelas sucessivas, em função da efetiva execução das OBRAS DE DRENAGEM, conforme disciplinado na Cláusula 20 do CONTRATO e no ANEXO IX – OBRAS E SERVIÇOS DE DRENAGEM.
REFORMAS E CANCELAMENTOS	Ajustes feitos posteriormente à emissão das faturas

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	dos USUÁRIOS decorrentes de erros de faturamento ou de medição, de descontos concedidos para renegociação de dívidas ou cancelamento de débitos, altas de consumo decorrentes de vazamento ou sem causa aparente, alterações cadastrais, consumo cobrado pela média, entre outros.
REGULAÇÃO	Atividades exercidas pela AGÊNCIA REGULADORA, especialmente: (i) decisão final na esfera administrativa sobre aspectos relacionados ao CONTRATO, em observância à LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e ao CONTRATO; e (ii) elaboração normativa nas dimensões técnica, econômica e social, de forma subsidiária à LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e à disciplina do CONTRATO.
REGULAMENTO DOS SERVIÇOS	Deliberação ARSESP n.º 106/2009 e suas alterações editadas nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.
REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	Documentação necessária à comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado à SUB-URAE e à ARSESP, contendo as medidas de prevenção e mitigação de impactos de EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS, nos termos do CONTRATO.
RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA que identifica e avalia os passivos ambientais no SISTEMA existente.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoa natural nomeada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
REVERSÃO	Transferência dos BENS REVERSÍVEIS aos titulares dos SERVIÇOS, quando da extinção do CONTRATO, nos termos da REGULAÇÃO e da LEGISLAÇÃO VIGENTE.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO e/ou da sua equação econômico-financeira, conduzida pela AGÊNCIA REGULADORA, a pedido da CONCESSIONÁRIA, da AGÊNCIA REGULADORA ou da SUB-URAE, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual,

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	<p>desde que em decorrência da materialização dos riscos previstos na Cláusula 28 do CONTRATO, inclusive se decorrente de alterações do PLANO REGIONAL DE SANEAMENTO após o ano de 2037, período em que se encerra o reconhecimento anual dos INVESTIMENTOS realizados.</p> <p>O procedimento revisional extraordinário é excepcional e apenas será cabível quando materializado evento que gere inequívoco comprometimento da solvência e da liquidez da CONCESSIONÁRIA ou comprometa a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, sendo necessário, também, comprovar que as consequências do evento não poderão ser solucionadas em sede de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.</p>
REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP)	<p>Revisão realizada nos termos e prazos previstos no ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO, com a finalidade de: (i) definir o valor das TARIFAS em razão da RECEITA REQUERIDA para o CICLO TARIFÁRIO subsequente; (ii) considerar os impactos econômico-financeiros nas TARIFAS no caso de eventos de desequilíbrio não tratados em REVISÃO EXTRAORDINÁRIA; (iii) adequar os termos e condições da TARIFA ao contexto de execução contratual e da dinâmica dos SERVIÇOS, inclusive, mas não limitado, à alteração dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS; e (iv) adequar as TARIFAS ao PLANO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO vigente.</p>
SERVIÇO ADEQUADO	<p>Serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS, nos termos do CONTRATO, da REGULAÇÃO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, em especial o disposto no art. 40 da Lei Federal nº 11.445/2007, que prevê condições para a interrupção no fornecimento do serviço.</p>
SERVIÇOS	<p>Serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, prestados na ÁREA DA CONCESSÃO, compreendendo as atividades mencionadas no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE</p>

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	CADA MUNICÍPIO.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços auxiliares, complementares e correlatos aos SERVIÇOS, a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA sob a regulação e fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
SERVIÇOS DE DRENAGEM	Serviços de drenagem e manejo de águas pluviais, nos termos do atr. 3º-D da Lei Federal nº 11.445/2007, para operação das OBRAS DE DRENAGEM realizadas pela CONCESSIONÁRIA, que poderá ser incluído no escopo da CONCESSÃO, conforme Cláusula 20 do CONTRATO.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública, a ser realizada na sede B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 – Centro, no dia [●], nos termos do EDITAL, convocada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO para a abertura dos ENVELOPES.
SISTEMA	Conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios integrantes dos sistemas coletivos de água e esgoto, objeto do CONTRATO, necessários à prestação dos SERVIÇOS, compreendendo os sistemas coletores, sistemas distribuidores, sistemas produtores e sistemas de tratamento que integram os BENS VINCULADOS, que reverterão ao ESTADO e/ou aos MUNICÍPIOS quando da extinção do CONTRATO.
SISTEMA INFORMATIZADO	Sistema em ambiente WEB no qual a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar informações à SUB-URAE, AGÊNCIA REGULADORA, EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE	Sociedade de propósito específico a ser constituída pela LICITANTE VENCEDORA, sob a forma de sociedade por ações, com a finalidade específica de executar o CONTRATO.
SOLUÇÕES ALTERNATIVAS	Todas e quaisquer soluções alternativas de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário adequadas, sejam estas individuais ou coletivas, nos termos do CONTRATO.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

SUB-URAE	Sub-Unidade Regional de Saneamento Básico [●], instituída por meio da Deliberação do Conselho Deliberativo da URAE 2 nº [●], de [●] de [●] de [●], com fundamento na Lei Estadual nº 17.383/2023, representante do PODER CONCEDENTE
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
TABELA DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Conjunto sistematizado de serviços técnicos, operacionais ou comerciais relacionados à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que podem ser executados pela CONCESSIONÁRIA mediante solicitação do USUÁRIO ou por necessidade operacional.
TABELA TARIFÁRIA	Valores cobrados do USUÁRIO por unidade de medida (R\$/economia ou R\$/m³) pelo serviço prestado (água e esgoto), por CATEGORIAS DO USUÁRIO e faixas de consumo, já incluídos os descontos.
TARIFA ALVO	Tarifa intermediária entre a TARIFA DO USUÁRIO e a TARIFA DE EQUILÍBRIO que deve ser atingida para equilibrar os recursos necessários para a prestação do serviço, sendo única para todos os MUNICÍPIOS e estipulada no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL.
TARIFA BÁSICA	Valor fixo pago pelo USUÁRIO conectado à rede pública, independentemente do consumo medido, destinado a cobrir parcial ou integralmente os custos fixos da prestação dos serviços, sem franquia de consumo associada.
TARIFA DE EQUILÍBRIO	Remuneração necessária para garantir a RECEITA REQUERIDA, considerando o MERCADO DE REFERÊNCIA, devida à CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS, definida na REVISÃO TARIFÁRIA PERÍODICA, REVISÃO EXTRAORDINÁRIA ou REAJUSTES, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL	TARIFA DE EQUILÍBRIO média inicial do CONTRATO que deve vigorar no PERÍODO DE REFERÊNCIA entre a DATA DE EFICÁCIA e a data do 1º REAJUSTE, dada em reais por metro cúbico.
TAXA DE FISCALIZAÇÃO E	Encargo devido à AGÊNCIA REGULADORA pelo

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

REGULAÇÃO	exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização do CONTRATO, calculado nos termos de norma editada pela AGÊNCIA REGULADORA no âmbito do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO..
TARIFA DO USUÁRIO	Remuneração a ser paga pelos USUÁRIOS à CONCESSIONÁRIA pela fruição dos SERVIÇOS, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
TARIFA DO USUÁRIO INICIAL	Remuneração média a ser paga pelos USUÁRIOS pela fruição dos SERVIÇOS na DATA DE EFICÁCIA, definida no ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO.
TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA	Remuneração média a ser paga pelos USUÁRIOS pela fruição dos SERVIÇOS, consistindo na razão entre a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO FATURADA e o VOLUME FATURADO.
TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA	Remuneração média paga pelos USUÁRIOS pela fruição dos SERVIÇOS, consistindo na razão entre a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO VERIFICADA no PERÍODO DE REFERÊNCIA e o VOLUME FATURADO.
TARIFA SOCIAL	Benefício tarifário concedido aos USUÁRIOS elegíveis nas categorias “residencial social” e “residencial vulnerável” previstas no ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO, com fundamento no CADÚNICO, nos termos da regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA.
TARIFAS	Referência conjunta às TARIFAS DO USUÁRIO e às TARIFAS DE EQUILÍBRIO, conforme ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA (WACC)	Taxa que incide sobre a BARLiq e que busca cobrir o custo de oportunidade associado à opção de se investir em um determinado negócio ou projeto em detrimento de alternativas de investimento, nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.
TERMO DE ACEITE	Documento emitido pela AGÊNCIA REGULADORA que certifica o cumprimento dos requisitos para cada uma das OBRAS DE DRENAGEM, conforme procedimento previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO.
TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA	Documento que formaliza a transferência para a CONCESSIONÁRIA, ao final do período da OPERAÇÃO ASSISTIDA DO SISTEMA, a responsabilidade pela OPERAÇÃO DO SISTEMA,

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

	habilitando-a para a PRESTAÇÃO REGIONALIZADA dos SERVIÇOS, nos termos do CONTRATO.
UNIDADE REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 2 ou URAE 2	Unidade regional de saneamento básico do Estado de São Paulo 2, instituída pela Lei nº 17.383/2021 e suas alterações.
UNIVERSALIZAÇÃO	Nos termos e condições do ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO, a promoção, gradual e progressivamente, aos USUÁRIOS situados em domicílios ocupados inseridos na ÁREA DA CONCESSÃO prevista em CONTRATO, do atendimento dos SERVIÇOS.
USUÁRIOS	Todas as pessoas físicas e jurídicas situadas na ÁREA DA CONCESSÃO que sejam ou venham a ser atendidos pelos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS a cargo da CONCESSIONÁRIA.
VALOR MÍNIMO DE GARANTIA	Montante mínimo de recursos a ser depositado pelo ESTADO na CONTA GARANTIA a título de GARANTIA PÚBLICA, nos termos da Cláusula 15 do CONTRATO.
VALOR ORIGINAL CONTÁBIL (VOC)	Valor registrado na contabilidade da CONCESSIONÁRIA referente ao custo da aquisição ou construção de bens e ativos, incluindo todos os gastos necessários para sua entrada em operação.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa especializada que verificará o cumprimento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS previstos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE, nos termos definidos no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.
VOLUME FATURADO	Volume de água ou de esgoto debitado ao total de ECONOMIAS (medidas e não medidas) de todas as CATEGORIAS DO USUÁRIO, para fins de faturamento.
VOLUME MEDIDO	Quantidade registrada pelos equipamentos de medição, expressa em metros cúbicos (m³), correspondente ao consumo efetivo de água

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

	fornecida e/ou ao volume de esgoto coletado e tratado de todas as CATEGORIAS DO USUÁRIO.
--	--